

**Exercício  
2018**

**Relatório de Gestão e Contas**



**Centro de  
Apoio Social  
do Concelho  
de  
Penedono**

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO

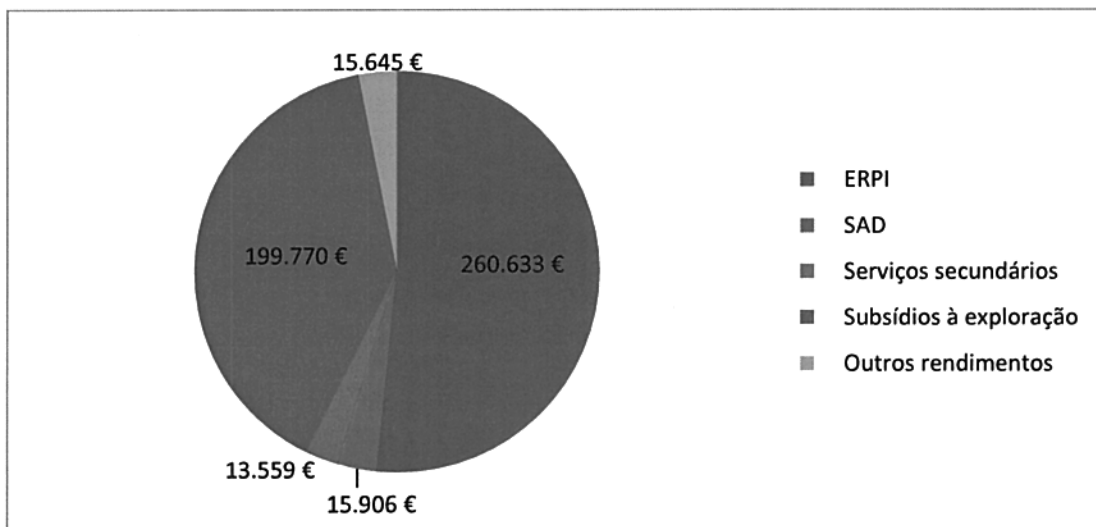
Através do presente relatório de gestão, vem a Direção do Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono, doravante designado por CASCP, dar conhecimento aos sócios e terceiros de alguns aspetos que considera relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2018.

### 1. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Nos últimos anos, a economia portuguesa esteve sujeita a um forte ajustamento, que lhe permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos verificados nas últimas décadas. Contudo, o processo de reequilíbrio estrutural da economia portuguesa ainda se encontra incompleto pelo que o ajustamento macroeconómico ainda exige algum aprofundamento.

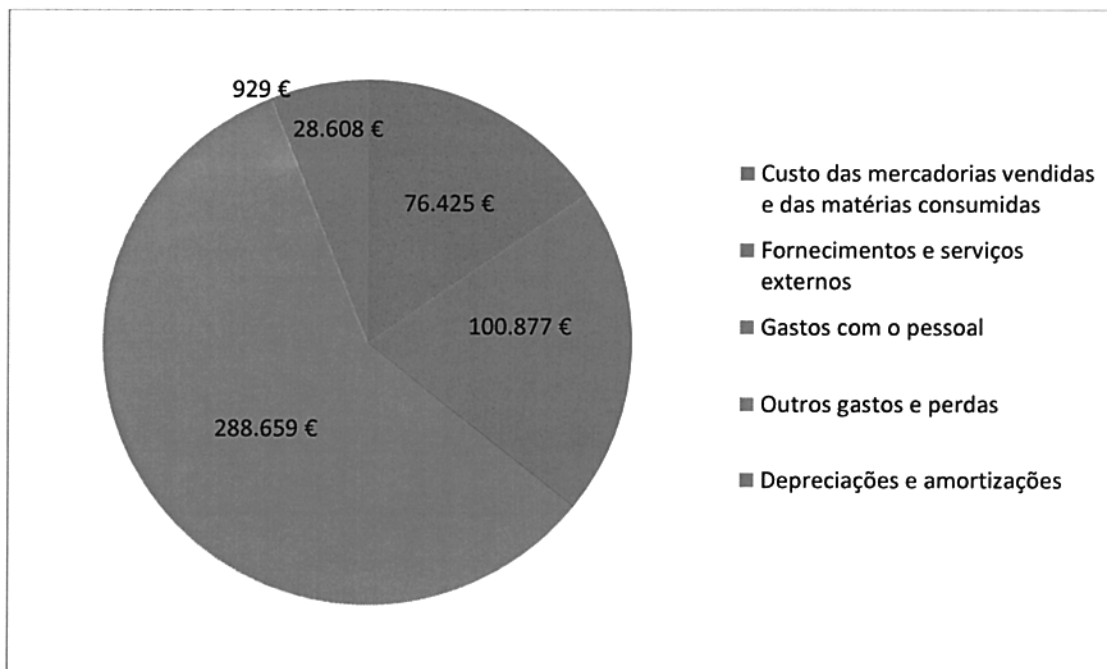
Assim, e para fazer face às atuais dificuldades económicas, a CASCP fez uma gestão rigorosa das despesas, prosseguindo no entanto com os objetivos definidos nos seus estatutos, sem por em causa a qualidade dos serviços prestados.

Os resultados obtidos pela associação no último exercício, situaram-se dentro das estimativas efetuadas. A composição dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte, totalizando o montante de 505.512,25€:



---

Relativamente aos gastos incorridos no período de 2018, a sua composição e respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte, totalizando o montante de 495.498,30€:



## 2. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O CASCP, estando ciente de todas as dificuldades, pretende continuar a melhorar o nível do serviço aos seus utentes, no âmbito da sua missão de contribuir para a promoção social e o bem-estar da população de todo o concelho de Penedono, nomeadamente da terceira idade das crianças e dos deficientes.

A análise da evolução da atividade nos primeiros meses de 2019, perspectiva, com reservado otimismo, pelo menos a manutenção da situação verificada no exercício de 2018.

## 3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

## 4. OUTRAS REFERÊNCIAS

O CASCP não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

---

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O CASCP, no período económico findo em 31 de dezembro de 2018, alcançou o resultado líquido de 10.013,95 euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- **Resultados Transitados**

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção gostaria de terminar, expressando a sua gratidão aos seus sócios, colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras, autarquias locais e a toda a população em geral, que ajudaram a conseguir os objetivos a que se propuseram.

Penedono, 5 de Março de 2019

A Direção

José Joaquim Ilva de Feres  
José Runkers  
António José Fonseca de Aguiar  
Silvino Duarte Gomes Costa  
Manuel Alberto Amal Teó

**Centro de Apoio Social do Concelho  
de Penedono**

**Demonstrações Financeiras**

**Período 2018**

*Índice*

**Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro**

Balanço Individual em 31 de dezembro	4
Demonstração dos Resultados Por Naturezas em 31 de dezembro	5
Demonstração dos Resultados Por Valências em 31 de dezembro	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro	7
Anexo	
1 Identificação da entidade	10
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	14
3 Principais políticas contabilísticas e erros	15
4 Ativos fixos tangíveis	17
5 Activos Intangíveis	18
6 Custos de empréstimos obtidos	18
7 Inventários	19
8 Rendimentos	19
9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	19
10 Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
11 Instrumentos financeiros	19
12 Benefícios dos empregados	20
13 Acontecimentos após a data do balanço	20
14 Agricultura	20
15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
16 Outras divulgações	20
16,01 Investimentos financeiros	20
16,02 Créditos a receber	21
16,03 Estado e Outros Entes Públicos	21
16,04 Diferimentos	21
16,05 Outras ativos correntes	21
16,06 Caixa e depósitos bancários	22
16,07 Fundos patrimoniais	21
16,08 Financiamentos obtidos	22
16,09 Fornecedores	22
16,10 Estado e outros entes públicos	22
16,11 Outros passivos correntes	23
16,12 Custo das mercadorias vendidas e consumidas	23
16,13 Fornecimentos e serviços externos	23
16,14 Gastos com pessoal	24
16,15 Outros rendimentos	24
16,16 Outros gastos	24
16,17 Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24
16,18 Resultados Financeiros	25
16,19 Eventos subsequentes	25

Demonstrações Financeiras Individuais  
para o período findo em 31 de dezembro

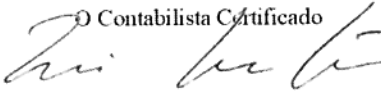
Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono  
**Balço Individual**

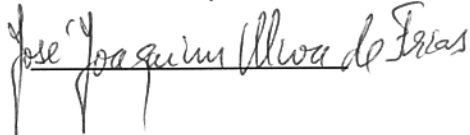
Período findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.18</u>	<u>31.dez.17</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	636.784,57	647.347,88
Activos intangíveis	5	51,27	102,51
Investimentos financeiros	16,01	1.177,51	667,24
		<u>638.013,35</u>	<u>648.117,63</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	1.858,61	
Créditos a receber	16,02	180,00	9.814,94
Estado e outros entes públicos	16,03	1.125,99	621,53
Diferimentos	16,04	6.240,87	2.169,99
Outros ativos correntes	16,05	3.885,71	2.180,00
Caixa e depósitos bancários	16,06	547.943,90	533.644,62
		<u>561.235,08</u>	<u>548.431,08</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>1.199.248,43</b></u>	<u><b>1.196.548,71</b></u>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transitados	16,07	727.387,97	718.392,02
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16,07	409.676,01	421.460,21
Resultado líquido do período	16,07	10.013,95	8.995,95
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		<u><b>1.147.077,93</b></u>	<u><b>1.148.848,18</b></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16,08	169,31	62,17
Estado e outros entes públicos	16,09	6.980,08	6.532,73
Diferimentos	16,10	4.476,64	
Outros passivos correntes	16,11	40.544,47	41.105,63
		<u>52.170,50</u>	<u>47.700,53</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><b>52.170,50</b></u>	<u><b>47.700,53</b></u>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO</b>		<u><b>1.199.248,43</b></u>	<u><b>1.196.548,71</b></u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 5 de Março de 2019

O Contabilista Certificado  
  
\_\_\_\_\_

A Direção  
  
\_\_\_\_\_



**Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono**  
**Balço Individual**

Período findo em 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em euros)

INFORMAÇÃO ADICIONAL/COMPLEMENTAR

**1. Total de compromissos financeiros não incluídos no balanço**

Nada a observar.

**2. Total de garantias ou ativos e passivos contingentes não incluídos no balanço**

Nada a observar.

**3. Natureza e forma das garantias reais prestadas**

Nada a observar.

**Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono**  
**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

Período findo em 31 de dezembro de 2018

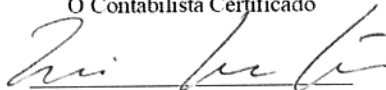
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.18</u>	<u>31.dez.17</u>
Vendas e serviços prestados	8	290.097,50	278.650,17
Subsídios à exploração ISS, IP - Centros Distritais	10	192.219,05	149.756,47
Subsídios, doações heranças e legados	10	7.550,89	6.753,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16,12	-76.425,37	-93.354,75
Fornecimentos e serviços externos	16,13	-100.876,88	-74.539,63
Gastos com o pessoal	16,14	-288.658,74	-260.379,56
Outros rendimentos	16,15	15.238,62	25.205,08
Outros gastos	16,16	-929,46	-314,54
<b>Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos</b>		<b>38.215,61</b>	<b>31.776,77</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16,17	-28.607,85	-26.203,38
<b>Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>		<b>9.607,76</b>	<b>5.573,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	16,18	406,19	3.422,56
Juros e gastos similares suportados	16,18		
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>10.013,95</b>	<b>8.995,95</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>10.013,95</b>	<b>8.995,95</b>

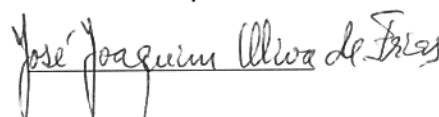
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 5 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção



Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono  
Demonstração dos Resultados por Valência  
ERPI - Estrutura Residencial Pessoas Idosas

Período findo em 31 de dezembro de 2018

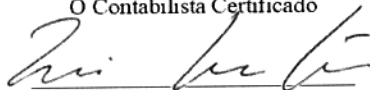
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.18</u>	<u>31.dez.17</u>
Vendas e serviços prestados		274.191,50	264.504,17
Subsídios à exploração ISS, IP - Centros Distritais		160.957,85	122.039,56
Subsídios, doações heranças e legados		7.550,89	6.753,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-60.029,02	-77.476,40
Fornecimentos e serviços externos		-87.748,21	-64.550,61
Gastos com o pessoal		-270.817,36	-233.387,42
Outros rendimentos		15.238,62	24.971,30
Outros gastos		-929,46	-266,54
<b>Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos</b>		<b>38.414,81</b>	<b>42.587,59</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-26.564,21	-23.524,55
<b>Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>		<b>11.850,60</b>	<b>19.063,04</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		406,19	2.648,89
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12.256,79</b>	<b>21.711,93</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>12.256,79</b>	<b>21.711,93</b>

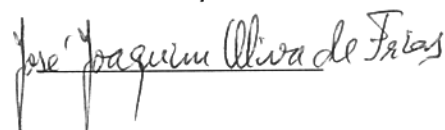
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 5 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção



Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono  
Demonstração dos Resultados por Valência  
SAD - Serviço Apoio Domiciliário

Período findo em 31 de dezembro de 2018

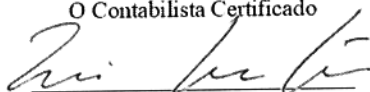
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.dez.18</u>	<u>31.dez.17</u>
Vendas e serviços prestados		15.906,00	14.146,00
Subsídios à exploração ISS, IP - Centros Distritais		31.261,20	27.716,91
Subsídios, doações heranças e legados		0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-16.396,35	-15.878,35
Fornecimentos e serviços externos		-13.128,67	-9.989,02
Gastos com o pessoal		-17.841,38	-26.992,14
Outros rendimentos			233,78
Outros gastos			-48,00
<b>Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos</b>		<u>-199,20</u>	<u>-10.810,82</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-2.043,64	-2.678,83
<b>Resultado operacional (antes gastos financiamento e impostos)</b>		<u>-2.242,84</u>	<u>-13.489,65</u>
Juros e rendimentos similares obtidos			773,67
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<u>-2.242,84</u>	<u>-12.715,98</u>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<u>-2.242,84</u>	<u>-12.715,98</u>

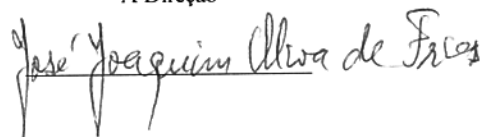
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 5 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção



**Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais**

Período findo em 31 de dezembro de 2018

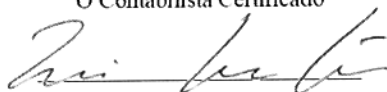
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.18	31.dez.17
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		290.097,50	279.035,90
Pagamentos a fornecedores		-179.474,74	-161.511,34
Pagamentos ao pessoal		-232.861,46	-255.084,65
Caixa gerada pelas operações		<b>-122.238,70</b>	<b>-137.560,09</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		161.286,44	161.041,47
Outros recebimentos/pagamentos			
		<b>39.047,74</b>	<b>23.481,38</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-29.993,30	-14.378,31
Investimentos financeiros		-510,27	- 309,94 €
Ativos intangíveis			
Outros ativos			
		<b>-30.503,57</b>	<b>-14.688,25</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Juros e rendimentos similares		2.043,45	1.242,56 €
Dividendos			
		<b>2.043,45</b>	<b>1.242,56</b>
		<b>-28.460,12</b>	<b>-13.445,69</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>			
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3.711,66	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
		<b>3.711,66</b>	
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<b>14.299,28</b>	<b>10.035,69</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		<b>533.644,62</b>	<b>523.608,93</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>547.943,90</b>	<b>533.644,62</b>

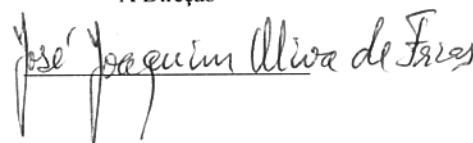
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Penedono, 5 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



A Direção



## Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono

### Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em euros)

#### 1. Identificação da Entidade

A **Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono** é uma instituição particular de solidariedade social, reconhecida pela DGAS, com o número de registo: 11/89, com sede em Penedono. Tem como objetivo principal contribuir para a promoção social e o bem-estar da população de todo o concelho de Penedono, nomeadamente da terceira idade das crianças e dos deficientes.

#### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

##### a) Referencial Contabilístico

Em 2018 as demonstrações financeiras do Centro de Apoio Social do Concelho de Penedono foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

#### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

##### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

### **3.1.1. Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3. Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4. Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5. Compensação**

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6. Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5 a 10
Equipamento biológico	5 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados.

O valor residual de um “Activo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou



- Houver um mercado ativo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### **3.2.3. Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.4. Inventários**

Os “Inventários”, quando existam, são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### **3.2.5. Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - o Alterações no risco segurado;
  - o Alterações na taxa de câmbio;
  - o Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.7. Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos”, quando existam, são registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### **Locações**

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos N-5 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

**Nota 4 - Ativos fixos tangíveis**

**4,1 Outros ativos fixos tangíveis**

O movimento ocorrido na rubrica Outros Ativos fixos Tangíveis e respectivas Depreciações, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Alienações	
<b>Custo:</b>				
Terrenos				
Edifícios e outras construções	1.017.998,41			1.017.998,41
Equipamento básico	123.296,81	1.644,18		124.940,99
Equipamento de transporte	35.422,99	16.349,12	12.000,00	51.772,11
Equipamento administrativo	54.180,70			54.180,70
Outros Ativos fixos tangíveis				
Investimentos em curso				
	<u>1.230.898,91</u>	<u>17.993,30</u>	<u>12.000,00</u>	<u>1.248.892,21</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	394.209,30	20.359,97		414.569,27
Equipamento básico	105.530,91	5.258,53		110.789,44
Equipamento de transporte	35.422,99	2.043,64	12.000,00	37.466,63
Equipamento administrativo	48.387,83	894,47		49.282,30
Outros Ativos fixos tangíveis				
	<u>583.551,03</u>	<u>28.556,61</u>	<u>12.000,00</u>	<u>612.107,64</u>
<b>Total líquido</b>	<u><b>647.347,88</b></u>			<u><b>636.784,57</b></u>
	31 de dezembro de 2017			
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Alienações	
<b>Custo:</b>				
Terrenos				
Edifícios e outras construções	1.017.998,41			1.017.998,41
Equipamento básico	123.296,81			123.296,81
Equipamento de transporte	47.422,99			47.422,99
Equipamento administrativo	54.180,70			54.180,70
Outros Ativos fixos tangíveis				
Investimentos em curso				
	<u>1.242.898,91</u>			<u>1.242.898,91</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	373.849,33	20.359,97		394.209,30
Equipamento básico	100.633,21	4.897,70		105.530,91
Equipamento de transporte	47.422,99			47.422,99
Equipamento administrativo	47.493,36	894,47		48.387,83
Outros Ativos fixos tangíveis				
	<u>569.398,89</u>	<u>26.152,14</u>		<u>595.551,03</u>
<b>Total líquido</b>	<u><b>673.500,02</b></u>			<u><b>647.347,88</b></u>

**Nota 5 - Ativos intangíveis**

**6.1 Outros ativos intangíveis**

O movimento ocorrido na rubrica Outros Ativos Intangíveis e respectivas Depreciações, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2018			
	Saldo em 01-jan-18	Aquisições / Dotações	Alienações	
<b>Custo</b>				
Projectos de desenvolvimento (i)				
Software	2.249,48			2.249,48
	<u>2.249,48</u>			<u>2.249,48</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Projectos de desenvolvimento (i)				
Software	2.198,21			2.198,21
	<u>2.198,21</u>			<u>2.198,21</u>
<b>Total líquido</b>	<u>51,27</u>			<u>51,27</u>
	31 de dezembro de 2017			
	Saldo em 01-jan-17	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-dez-17
<b>Custo</b>				
Projectos de desenvolvimento (i)				
Software	2.249,48			2.249,48
Propriedade industrial				
Outras activos intangíveis				
	<u>2.249,48</u>			<u>2.249,48</u>
<b>Depreciações Acumuladas</b>				
Projectos de desenvolvimento (i)				
Software	2.146,97			2.146,97
Propriedade industrial				
Outras activos intangíveis				
	<u>2.146,97</u>			<u>2.146,97</u>
<b>Total líquido</b>	<u>102,51</u>			<u>102,51</u>

**Nota 6 - Custos de empréstimos obtidos**

Não aplicável

**Nota 7 - Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo, nos termos da alínea 3.2.4.  
 O movimento ocorrido na rubrica Inventários, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-Dez-18</b>	<b>31-Dez-17</b>
Mercadorias		
Materias primas subsidiárias e de consumo	1.858,61	
	<b>1.858,61</b>	
Perdas por imparidades de inventários		
	<b>1.858,61</b>	
	<b>1.858,61</b>	

**Nota 8 - Rendimentos**

O movimento ocorrido na rubrica Rendimentos nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31 de dezembro de 2018</b>			<b>31 de dezembro de 2017</b>		
	<b>Mercado Interno</b>	<b>Mercado Externo</b>	<b>Total</b>	<b>Mercado Interno</b>	<b>Mercado Externo</b>	<b>Total</b>
Vendas de mercadorias				8,50		8,50
Quotas dos utilizadores	289.491,25		289.491,25	278.566,67		278.566,67
Quotizações	606,25		606,25	75,00		75,00
Outros Serviços						
Juros	406,19		406,19	3.422,56		3.422,56
	<b>290.503,69</b>		<b>290.503,69</b>	<b>282.072,73</b>		<b>282.072,73</b>
	<b>290.503,69</b>		<b>290.503,69</b>	<b>282.072,73</b>		<b>282.072,73</b>

**Nota 9 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Não aplicável

**Nota 10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**

O movimento ocorrido na rubrica Subsídios, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-Dez-18</b>	<b>31-Dez-17</b>
Subsídios ao investimento		
Activos fixos tangíveis		
Valor imputado no período	11.784,20	11.784,20
Subsídios à exploração		
ISS IP	192.219,05	149.756,47
Autarquias Locais	300,00	
IEFP IP	3.539,23	
Outros	3.711,66	
	<b>199.769,94</b>	<b>149.756,47</b>
	<b>199.769,94</b>	<b>149.756,47</b>

**Nota 11 - Instrumentos financeiros**

Não aplicável

**Nota 12 - Benefícios dos empregados**

O movimento ocorrido na rubrica Benefícios dos empregados nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
<b><u>Pessoal remunerado:</u></b>		
Número médio de pessoal remunerado	24	24
<b><u>Pessoal voluntário:</u></b>		
Número médio de voluntários		
<b><u>Membros dos Órgãos Associativos não remunerados</u></b>		
Assembleia Geral	3	3
Direcção	5	5
Conselho Fiscal	3	3

**Nota 13 - Acontecimentos após a data do balanço**

Após o encerramento do Período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**Nota 14 - Agricultura**

Não aplicável

**Nota 15 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A Entidade não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).

**Nota 16 - Outras divulgações**

**16,01 Investimentos financeiros**

O movimento ocorrido na rubrica Investimentos financeiros nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Investimentos noutras empresas				
Títulos de capital				
Fundos				
Fundo de compensação do trabalho	1.177,51		667,24	
	1.177,51		667,24	



### 16,02 Créditos a receber

O movimento ocorrido na rubrica Créditos a receber, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18		31-dez-17	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
<b>Cientes e utentes</b>				
Clientes conta corrente				
Utentes conta corrente		180,00		
Outros				9.814,94
		<u>180,00</u>		<u>9.814,94</u>
Perdas por imparidade acumuladas		180,00		9.814,94
		<u>180,00</u>		<u>9.814,94</u>

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Cientes	0-30 dias	31-60 dias	61-60 dias	> 90 dias	Total
Clientes conta corrente	180,00				180,00
	<u>180,00</u>				<u>180,00</u>

### 16,03 Estado e Outros Entes Públicos

O movimento ocorrido na rubrica Estado e outros entes públicos nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18	31-dez-17
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.125,99	621,53
Outros impostos e taxas		
	<u>1.125,99</u>	<u>621,53</u>

### 16,04 Diferimentos

O movimento ocorrido na rubrica Diferimentos, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18	31-dez-17
<b>Diferimentos ( Activo)</b>		
Seguros pagos antecipadamente	3.104,13	2.169,99
Outros gastos a reconhecer	3.136,74	
	<u>6.240,87</u>	<u>2.169,99</u>

### 16,05 Outros ativos correntes

O movimento ocorrido na rubrica Outros ativos correntes, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31-dez-18	31-dez-17
Adiantamentos a fornecedores investimento		
Devedores por acréscimo de rendimentos	354,66	2.180,00
Outros devedores	3.531,05	
	<u>3.885,71</u>	<u>2.180,00</u>
Perdas por imparidade acumuladas		
	<u>3.885,71</u>	<u>2.180,00</u>

**16,06 Caixa e depósitos bancários**

O movimento ocorrido na rubrica Caixa, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-dez-18</b>	<b>31-dez-17</b>
Caixa	150,00	1.563,98
Depósitos à ordem	57.793,90	72.080,64
Depósitos a prazo	490.000,00	460.000,00
	<b>547.943,90</b>	<b>533.644,62</b>

**16,07 Fundos patrimoniais**

O movimento ocorrido na rubrica Fundos patrimoniais, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-dez-18</b>	<b>31-dez-17</b>
Fundos		
Resultados Transitados	727.387,97	718.392,02
Ajustamentos/outras variações	409.676,01	421.460,21
Resultado líquido do período	10.013,95	8.995,95
	<b>1.147.077,93</b>	<b>1.148.848,18</b>

**16,08 Fornecedores**

O movimento ocorrido na rubrica Fornecedores, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-dez-18</b>	<b>31-dez-17</b>
Fornecedores conta corrente	169,31	62,17
	<b>169,31</b>	<b>62,17</b>

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

<b>Fornecedores</b>	<b>0-30 dias</b>	<b>31-60 dias</b>	<b>61-90 dias</b>	<b>&gt; 90 dias</b>	<b>Total</b>
Fornecedores conta corrente	169,31				169,31
	<b>169,31</b>				<b>169,31</b>

**16,09 Estado e outros entes públicos**

O movimento ocorrido na rubrica Estado e outros entes públicos nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<b>31-dez-18</b>	<b>31-dez-17</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.120,00	1.126,76
Imposto sobre o valor acrescentado		
Segurança Social	5.813,41	5.387,10
Outros impostos e taxas	46,67	18,87
	<b>6.980,08</b>	<b>6.532,73</b>

### 16,10 Diferimentos

O movimento ocorrido na rubrica Diferimentos nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
<b>Diferimentos ( Passivo)</b>		
Rendimentos a reconhecer (Apoio à contratação)	4.476,64	
Outros rendimentos a reconhecer		
	<u><u>4.476,64</u></u>	

### 16,11 Outras passivos correntes

O movimento ocorrido na rubrica Outras passivos correntes nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>		<u>31-dez-17</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Remunerações a pagar				
Fornecedores de investimento				
Credores por acréscimo de gastos		40.044,47		41.105,63
Outras contas a pagar		500,00		
		<u><u>40.544,47</u></u>		<u><u>41.105,63</u></u>

### 16,12 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O movimento ocorrido na rubrica Custo das mercadorias vendidas, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2018</u>			<u>31 de dezembro de 2017</u>		
	<u>Matérias-primas, subsidiárias e consumo</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Total</u>	<u>Matérias-primas, subsidiárias e consumo</u>	<u>Mercadorias</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial em 1 de Janeiro				1.858,61		1.858,61
Regularizações						
Compras	78.283,98		78.283,98	91.496,14		91.496,14
<b>Custo das mercadorias</b>	<u><b>76.425,37</b></u>		<u><b>76.425,37</b></u>	<u><b>93.354,75</b></u>		<u><b>93.354,75</b></u>
Saldo final em 31 de Dezembro	<u><u>1.858,61</u></u>		<u><u>1.858,61</u></u>			

### 16,13 Fornecimentos e serviços externos

O movimento ocorrido na rubrica Fornecimento e serviços externos, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Subcontratos		
Serviços especializados	12.605,35	14.791,75
Materiais	6.110,23	5.186,04
Energia e fluídos	63.485,12	49.692,40
Deslocações, estadas e transportes		171,00
Serviços diversos	18.676,18	4.698,44
	<u><u>100.876,88</u></u>	<u><u>74.539,63</u></u>

#### 16,14 Gastos com o Pessoal

O movimento ocorrido na rubrica Gastos com o Pessoal, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Remunerações do pessoal	232.861,46	209.693,42
Encargos sobre remunerações	51.942,04	46.703,39
Seguros	1.663,74	2.606,25
Outros gastos com pessoal	2.191,50	1.376,50
	<u><u>288.658,74</u></u>	<u><u>260.379,56</u></u>

#### 16,15 Outros rendimentos

O movimento ocorrido na rubrica Outros rendimentos, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Rendimentos suplementares		12.485,73
Descontos de pronto pagamento obtidos	2,07	
Restituição de Impostos	1.952,35	935,15
Imputação de subsídios ao investimento	11.784,20	11.784,20
Outros rendimentos e ganhos	1.500,00	
	<u><u>15.238,62</u></u>	<u><u>25.205,08</u></u>

#### 16,16 Outros gastos

O movimento ocorrido na rubrica Outros gastos, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Impostos	540,30	314,54
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Outros gastos e perdas	389,16	
	<u><u>929,46</u></u>	<u><u>314,54</u></u>

#### 16,17 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

O movimento ocorrido na rubrica Gastos/Reversões de depreciação e de amortização, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
	<u>Gastos</u>	<u>Gastos</u>
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	28.556,61	26.152,14
Ativos fixos intangíveis	51,24	51,24
	<u><u>28.607,85</u></u>	<u><u>26.203,38</u></u>

### 16,18 Resultados financeiros

O movimento ocorrido na rubrica Resultados financeiros, nos períodos de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	<u>31-dez-18</u>	<u>31-dez-17</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>406,19</u>	<u>3.422,56</u>
	<u>406,19</u>	<u>3.422,56</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
<b>Resultados financeiros</b>	<u><u>406,19</u></u>	<u><u>3.422,56</u></u>

### 16,19 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

As Demonstrações Financeiras para o período findo, foram aprovadas pela Direção nesta data, pelo que, serão posteriormente remetidas para a Assembleia-geral, para análise e apreciação.

A Direção agradece a todos aqueles que colaboraram com a IPSS no ano findo, pela atenção, dedicação e disponibilidade demonstrada.

Penedono, 5 de Março de 2019

A Direção

Jose Joaquim Uliva de Freitas  
João Carvalho  
António José Ferreira de Sousa  
Salma Duarte Sousa Costa  
Manuel Alberto Aguiar Póvoa

O Contabilista Certificado

Luís António